

MUNICÍPIO DE AROUCA

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E OBRAS

CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto

**Prestação de Serviços de Mão de Obra de Apoio á Logística dos Eventos
(Proc. N.º29/Aprov/DPO/som/2022).**

1. Objeto de Concurso

O concurso tem por objeto a contratação de serviços de mão de obra para preparação e apoio á logística de Eventos.

2. Características da Prestação de Serviços

- Preparação de equipamentos para instalações diversas;
- Limpeza de edifícios para instalação de eventos;
- Transporte e montagem de stands, tendas, obras de arte, equipamento diverso;
- Limpeza de ruas durante os eventos;
- Todos os serviços de mão de obra não incluídos nos pontos anteriores que sejam identificados pelos serviços desta CM e pelas equipas afetas aos respetivos eventos;

3. Preço Base

3.1 – De acordo com o n.º 1 do artigo 47 do Código de Contratos Públicos, o preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento dos bens do contrato a celebrar. O preço base do presente procedimento é de **19.500,00 €**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

3.2 – O preço base definido foi calculado com base em consultas informais ao mercado.

4. Contrato

O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, e integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

5. Produção de Efeitos e Prazo de Vigência do Contrato

5.1 – O presente contrato produz efeitos, à data da formalização da celebração do contrato.

5.2 – A prestação de serviços será efetuada em 10 meses.

Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

5.4 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei e no presente caderno de encargos, o contrato pode ser resolvido, a título sancionatório, no caso do segundo outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

5.5 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao segundo outorgante, através de carta registada, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes do presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

6. Obrigações do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o fornecedor fica obrigado a prestar os serviços de mão de obra de apoio a todos os trabalhos diretamente ligados à logística dos eventos, nomeadamente:

Feira das Colheitas

Festa das Castanhas

Natal Luz

Outros Eventos

7. Condições de Pagamento

- Os pagamentos far-se-ão, no prazo máximo de 60 dias contados da data de entrega da correspondente fatura nos serviços municipais.

8. Caução

Com base na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida prestação de caução.

9. Resolução

9.1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor, violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

9.2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

a) Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos ou nos respetivos anexos, bem como na proposta adjudicada;

b) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.

9.3 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

10. Resolução por parte do Prestador de Serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

11. Gestor do Contrato

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, como gestor, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato: Ana Maria de Almeida Duarte Serra e Moura.

12. Legislação aplicável

À presente prestação de serviços aplicam-se as normas do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação aplicável.

**ANA MARIA DE
ALMEIDA DUARTE
SERRA E MOURA**

Assinado de forma digital por
ANA MARIA DE ALMEIDA
DUARTE SERRA E MOURA
Dados: 2022.08.25 15:18:20
+01'00'